

Relações Brasil-Oriente Médio (2003-2014): motivações, estratégias de aproximação e resultados

Isadora Loreto da Silveira¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo mapear as relações entre o Brasil e o Oriente Médio desde 2003. Partindo da constatação (fundamentada na observação empírica e na bibliografia especializada) de que, a partir do início dos anos 2000, houve uma importante aproximação entre o Brasil e a região, busca-se delinear três “momentos” da política externa brasileira para o Oriente Médio: suas motivações, suas estratégias e os resultados alcançados. Finalmente, procura-se enquadrar a inserção brasileira na região em uma perspectiva mais ampla, que contribui para explicar a política externa do Brasil, dada a sua posição atual no sistema internacional. Nesse sentido, as motivações brasileiras para se aproximar da região a partir de 2003 só podem ser compreendidas a partir de uma dupla explicação. Por um lado, o caráter estrutural ou sistêmico, que leva em conta a posição semiperiférica ou de potência emergente do Brasil no sistema internacional, determina, em última instância, os limites para a ação externa brasileira. Por outro lado, os determinantes domésticos, como regime político, instituições e partidos políticos, importam para a formulação e implementação da política externa. Em termos de resultados, para além dos ganhos comerciais, é possível afirmar que o Brasil conquistou maior credibilidade como interlocutor dos países e mediador dos conflitos da região. Conclui-se que o período que se estende de 2003 a 2014, marcado por uma política externa brasileira ativa no Oriente Médio, só foi possível devido tanto a uma oportunidade sistêmica, quanto a condicionantes políticos domésticos.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Oriente Médio; Potência Emergente.

Introdução

As relações entre o Brasil e o Oriente Médio² só ganharam maior importância na política externa brasileira durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), apesar de já haver uma aproximação, sobretudo no campo comercial, sob seu antecessor, Ernesto Garrastazu Médici (1969-1974). No campo doméstico, no início do governo Geisel, o “Milagre Econômico” chegava ao fim, e era adotada a “política de distensão”, que levaria gradualmente à redemocratização do regime político. Os contextos interno e externo diferiam muito dos de uma década antes e, portanto, uma inflexão na política externa também se fazia necessária. O “Pragmatismo Responsável” foi a resposta encontrada para lidar com uma nova realidade internacional, marcada pelos reflexos da crise do petróleo de 1973 e da guerra árabe-israelense, pelo relativo declínio da projeção de poder dos EUA (vide o fracasso no Vietnã) e pelo empoderamento do Terceiro Mundo (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1993).

Segundo Gelson Fonseca Jr. (2006), o “Pragmatismo Responsável” representou a aplicação prática dos preceitos teóricos da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros, cuja adoção foi possível também devido ao fato de que, nesse momento, o Brasil já se consolidava como uma potência média. Tal política se caracterizou pela rejeição do alinhamento automático aos EUA e dos compromissos ideológicos aos quais a política externa brasileira havia sido submetida nos governos anteriores, permitindo uma ação internacional mais autônoma e pragmática (SOUTO MAIOR, 2006). Após o final do regime militar, os Estados da região perderam espaço novamente na agenda externa brasileira, só recuperando importância entre os parceiros do País de forma discreta no final do governo Cardoso e, de forma mais acentuada, a partir da presidência de Luís Inácio (Lula) da Silva.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Contato: isadorasilveira@gmail.com.

² Neste trabalho, será considerada como Oriente Médio a região que abarca os países que fazem parte da Divisão de Oriente Médio I e da Divisão de Oriente Médio II do Itamaraty (Israel, Jordânia, Líbano, Síria, Territórios Palestinos Ocupados, Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Kuaite e Omã), além do Irã (enquadrado na Divisão de Ásia Central desde 2010) e da Turquia (enquadrada na Divisão da Europa II).

Este trabalho tem por objetivo mapear as relações entre o Brasil e o Oriente Médio desde 2003. Partindo da constatação (fundamentada na observação empírica e na bibliografia especializada) de que, a partir do início dos anos 2000, houve uma importante aproximação entre o Brasil e a região, busca-se delinear três “momentos” - que consistirão nas seções deste trabalho - da política externa brasileira para o Oriente Médio: suas motivações, suas estratégias e ações desenvolvidas e os resultados alcançados. Finalmente, procura-se enquadrar a inserção brasileira na região em uma perspectiva mais ampla – dotada tanto de componentes sistêmicos, quanto domésticos –, que contribui para explicar a política externa do Brasil, dada a sua posição atual no sistema internacional.

Motivações

De acordo com Lima (1994), três enfoques são possíveis para se analisar a política externa: o clássico, o político-social e o interativo. O clássico seria a perspectiva realista de maneira geral, a qual privilegia fatores sistêmicos na explicação de ações de política externa. Rose (1998), por sua vez, ao delinear as teorias a partir das quais se pode analisar a política externa, divide as teorias realistas entre defensiva, ofensiva e neoclássica – criando esse último termo. Apresenta também o que ele chama de teorias de *Innenpolitik*, que privilegiam o âmbito doméstico na determinação de comportamentos de política externa (assim como o enfoque político social de Lima). O enfoque interativo, caracterizado pelo entrecruzamento entre políticas internacional e doméstica, procuraria combinar as possibilidades analíticas das teorias clássicas/realistas e político-sociais/*Innenpolitik*.

De acordo com a visão realista defensiva de Waltz (1979), a estrutura do sistema internacional determina os tipos de comportamento que serão recompensados ou punidos – via processo de seleção – e, conseqüentemente, que tipos de política externa parecerão prudentes aos Estados – via processo de socialização. Essa estrutura é composta por um elemento constante, a anarquia, e um variável, a polaridade. A teoria de Waltz sobre política internacional (definida pelo próprio autor como inadequada para avaliar política externa) foi utilizada em diversas obras de maneira equivocada para analisar a política externa de diferentes Estados (CHRISTENSEN; SNYDER, 1990). Elman (1996), todavia, defende que a lógica neorrealista pode ser aplicada para analisar política externa, ainda que não necessariamente seja bem-sucedida. Mearsheimer (2009) concorda com Elman sobre a aplicabilidade do neorrealismo para a análise de política externa, mas discorda no que se refere à racionalidade dos Estados (os quais nem sempre agiriam estrategicamente) na teorização particular de Waltz.

O realismo neoclássico, por sua vez, apresenta os incentivos sistêmicos como variável independente e os fatores domésticos como variável interveniente na lógica causal que tem a política externa como variável dependente (ROSE, 1998). De acordo com essa perspectiva, os líderes definem “interesses nacionais” e conduzem a política externa a partir da sua percepção de poder relativo e das intenções de outros Estados, mas enfrentam constrangimentos domésticos. Logo, os realistas neoclássicos, diferentemente dos neorrealistas, admitem que atores sub-estatais importam e há contradições presentes na definição e articulação dos “interesses nacionais” (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009). A perspectiva realista neoclássica, portanto, concede importância ao nível doméstico, assim como ao papel das ideias na formulação da política externa, para além dos condicionantes sistêmicos (KITCHEN, 2010), o que levou autores como Legro e Moravcsik (1999) a questionar o seu pertencimento à corrente realista.

O enfoque político-social de Lima envolve tanto as perspectivas marxistas, quanto as pluralistas, enquanto a *Innenpolitik* de Rose privilegia as perspectivas liberais e as identificadas com explicações domésticas no campo da Análise de Política Externa dentro dessa categoria. A obra organizada por Rosecrance e Stein (1993) é representativa da *Innenpolitik*, uma vez que os autores buscam demonstrar como outros fatores além dos previstos pela corrente realista

influenciaram a política externa dos Estados ao longo da história, demonstrando a negligência com a qual foram tratadas variáveis domésticas como determinantes da “grande estratégia” dos países.

No campo da Análise de Política Externa, em particular do processo de tomada de decisão, tem-se o Estado como unidade de análise fundamental, mas ele não é considerado uma “abstração metafísica”, mas sim uma unidade composta por indivíduos, dotados de agência. Ademais, o processo de tomada de decisão em termos de política externa é visto como o ponto de intersecção entre fatores materiais e ideacionais que determinam o comportamento do Estado por autores como Snyder, Bruck e Sapin (2002). Holsti (1970) ainda defende a importância de se avaliar a forma como os *policymakers* concebem o papel nacional dos países para definir a sua atuação e Flemes (2010a) vai ao seu encontro ao buscar analisar a visão do Brasil sobre a futura ordem global e a sua posição nela.

Quanto às perspectivas de influência marxista, Linklater (2008) resume bem algumas das principais contribuições da teoria crítica. Entre elas, pode-se ressaltar: o questionamento do positivismo a partir da admissão de que o conhecimento é socialmente construído e é criado a partir de algum lugar com um objetivo definido (como preservar o status quo), rompendo com a ideia de que a análise é neutra; a crítica à imutabilidade das estruturas existentes, perspectiva que visa a manter desigualdades de poder e riqueza; a consideração de eixos de exclusão para além de classes, mediante a análise de uma variedade de forças que moldam a história além da produção, apesar do ponto de partida marxista.

Segundo a perspectiva crítica de Wallerstein (2006), a teoria do sistema-mundo define três posições que um país pode ocupar no ambiente internacional: centro, semiperiferia e periferia. Em uma tentativa de aprofundar sua concepção, Arrighi (1997) corrobora o fato de que a ascensão de um estrato ocorreria às custas do inferior. Cox (1981), por sua vez, a partir de uma perspectiva neo-gramsciana, critica a falta de “agência” do Estado em Wallerstein, defendendo que o lugar ocupado no sistema-mundo não determina de forma tão fixa o posicionamento de um país em termos de política externa. Cox afirma que a preocupação com a esfera sistêmica (ordem mundial) não pode subestimar a ação dos Estados, nem ignorar as forças sociais nacionais e transnacionais, sendo esses três níveis inter-relacionados.

Além disso, de forma crítica ao neorealismo, Cox postula que se deve levar em conta o papel não só das capacidades militares, mas também das instituições e ideias na determinação da ação internacional dos Estados. Nesse sentido, contrapondo-se sobretudo ao neorealismo, Cox (1981) diferencia o que ele chama de teoria de solução de problemas, a qual serviria para orientar ações táticas que busquem, intencional ou não intencionalmente, manter a ordem existente, da teoria crítica, a qual serviria para guiar a ação estratégica para o estabelecimento de uma ordem alternativa. O autor apresenta, então, como premissas da teoria crítica os seguintes pontos: o quadro a partir do qual se age (estrutura histórica, combinação de padrões de pensamento e instituições) altera-se ao longo do tempo; esse quadro deve ser entendido não “de cima para baixo”, nos termos dos requisitos para a manutenção de seu equilíbrio e sua reprodução, mas “de baixo para cima” ou “de fora para dentro”, em função do surgimento de conflitos internos e da possibilidade de transformação (COX, 1981).

Finalmente, o enfoque interativo une aspectos tanto do clássico, quanto do político social. Neste trabalho, no campo clássico, serão empregadas algumas ferramentas analíticas identificadas com o realismo neoclássico, enquanto no campo político social, serão empregados as contribuições críticas da teorização de Cox, assim como alguns fatores presentes na Análise de Política Externa identificada com a *Innenpolitik*. Aliar aspectos de diferentes correntes – ou unir traços do que Wendt (1999) qualificou como as quatro sociologias das relações internacionais (holismo, individualismo, materialismo e idealismo) – faz-se necessário para uma explicação mais abrangente da política externa. É, portanto, fundamental ter em mente a

abordagem de dois níveis de Putnam (1988), que reconhece que tomadores de decisão centrais buscam conciliar imperativos domésticos e internacionais simultaneamente.

No caso da análise da política externa brasileira a partir de 2003 e, em particular, da aproximação brasileira em relação ao Oriente Médio, um fator importante a ser levado em consideração na investigação dos elementos que levaram ao estreitamento das relações do Brasil com a região é a discussão do caráter revisionista daquele no que se refere à ordem internacional, tratado apenas tangencialmente em grande parte das análises brasileiras recentes, que se concentram prioritariamente no âmbito interno para avaliar a política externa. Nesse sentido, Narlikar (2013) diferencia o padrão de atuação de potências emergentes e estabelecidas. Ela afirma que as potências em ascensão, como o Brasil, são, em geral, associadas a uma tendência revisionista em suas motivações, tendendo a usar estratégias distributivas de negociação com as potências estabelecidas e estratégias integrativas de negociação com aliados menores e outros emergentes. A interpretação da autora é convergente com a já mencionada análise de Lima (1990). Ademais, emergentes tenderiam a tentar formar coalizões para balancear contra as grandes potências e a enquadrar suas demandas em termos de polarização que invoquem princípios de justiça distributiva e favoreçam a apresentação de ideias alternativas para conquistar aliados entre os países da periferia do sistema (NARLIKAR, 2013).

No que concerne à revisão da ordem, Schweller (1994), um crítico do viés pró-*status quo* da teoria neorrealista, dividiu os países entre revisionistas, subdivididos em lobos (líderes revisionistas insatisfeitos e dispostos a assumir grandes riscos) e chacais (países revisionistas avessos ao risco e oportunistas); e pró-*status quo* ou satisfeitos, subdivididos em leões (líderes do sistema internacional) e cordeiros (países fracos incapazes de se oporem aos leões). O Brasil se enquadraria atualmente na denominação de chacal (RODRIGUEZ, 2012), sendo considerado por Schweller (2011) como o mais revisionista dos emergentes. De qualquer forma, o Brasil aproveitaria as oportunidades sistêmicas para buscar estender seus valores (SCHWELLER, 1994), inclusive por meio do *soft balancing* (FLEMES, 2010).

É, portanto, a partir do comportamento revisionista do Brasil, associado aos incentivos e constrangimentos internos, que se deve buscar compreender as motivações brasileiras para buscar se inserir no Oriente Médio. Esse revisionismo assenta-se na defesa da transformação da ordem e da multipolaridade via maior participação nas instituições e em processos de negociação até então restritos às grandes potências e diversificação de parcerias (sobretudo no Sul). O caráter revisionista da inserção brasileira deve ser, contudo, matizado, uma vez que se manifesta em diferentes graus dependendo da situação, dado que seu poder e capacidade de ação em diferentes âmbitos variam (LIMA, 1990).

Evidentemente que, para além do âmbito sistêmico, não se pode desconsiderar as condições políticas domésticas que possibilitaram a formulação e a implementação de uma política externa que incluísse o estreitamento de laços diplomáticos e econômicos com a região. Conforme ressalta a concepção de jogos em dois níveis de Putnam (1988), condicionantes externos – como a posição do Brasil no sistema internacional – interagem com constrangimentos internos – como o contexto econômico, o projeto presidencial, as forças sociais que afetam a formulação e implementação da política, etc.

Nesse sentido, o trabalho de Vigevani e Cepaluni (2007) busca explicar a mudança de política externa entre Cardoso e Lula a partir do modelo de Hermann (1990)³, considerando alterações em termos de liderança (presidente), burocracia (chanceler) e choques externos (11 de setembro, Rodada Doha). Dessa forma, a “autonomia pela participação” do governo Fernando Henrique Cardoso seria caracterizada pela adesão aos regimes internacionais,

³ Hermann (1990) estabelece quatro níveis distintos de mudança de política externa, da mais branda à mais radical: Mudanças de Ajuste; Mudanças de Programa; Mudanças de Problema/Objetivo; e Mudanças de Orientação Internacional.

objetivando influenciar a própria formulação dos princípios e regras que regem o sistema internacional, mantendo certa margem de manobra com a ampliação da interdependência econômica e priorizando alianças com parceiros tradicionais. Já a “autonomia pela diversificação”, inaugurada no governo Lula, caracterizar-se-ia pela adesão do país aos princípios e normas internacionais mediada por alianças Sul-Sul e acordos com parceiros não tradicionais, tendo como objetivo a redução das assimetrias nas relações externas e o incremento da capacidade negociadora nacional.

A ascensão de Lula ao poder, em um contexto interno favorável do ponto de vista macroeconômico, caracterizada pela costura de um pacto social amplo, associada ao caráter de economia emergente do Brasil, propiciaram a adoção não só da “autonomia pela diversificação”, mas do que Cervo (2003) chamou de paradigma do “Estado logístico”. Dessa forma, a estratégia externa brasileira se caracterizou pela busca de novos parceiros e pelo aumento das exportações, pelo incentivo estatal à internacionalização de empresas brasileiras e pela perseguição do aumento de investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil. Os países do Oriente Médio se mostraram como importantes parceiros nesse processo, que foi estimulado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores, pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, entre outras entidades, e, em parte, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O incremento das relações brasileiras com diferentes Estados da região se coadunou com a estratégia do País de formação de redes – em particular redes de mediação – para sustentar sua inserção internacional (FLEMES, 2013). A maior inserção no Oriente Médio também foi apoiada na concepção de Lula, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia de que, para se tornar um ator de maior relevo no sistema internacional, o Brasil deveria se manifestar em relação às principais tensões internacionais, em particular no Oriente Médio (BRUN, 2012). No que concerne à aproximação com os países árabes, Brun (2012) ressalta que o entendimento entre as comunidades árabes e o governo aumentou significativamente sob Lula. As atividades da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira aumentaram e se diversificaram ao longo do governo e, em 2006, foi assinado um acordo entre o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara de Comércio para dar continuidade à I Cúpula América do Sul-Países Árabes. Ainda, o fato de a questão palestina já ser uma bandeira do Partido dos Trabalhadores, antes mesmo da eleição de Lula, facilitou o diálogo.

Em termos domésticos, a emergência de Dilma à presidência ocorreu em meio a uma determinada acomodação das diferentes forças sociais – uma base de apoio menos sólida no Congresso em relação a seu antecessor, por exemplo –, e de um contexto macroeconômico mais complicado que o enfrentado por Lula. Tal contexto acabaria sendo gerido por meio de políticas econômicas muitas vezes contraditórias devido a uma série de pressões de diferentes setores da sociedade. Os novos constrangimentos domésticos, portanto, associados aos condicionamentos sistêmicos, propiciaram a perseguição de uma política externa de perfil mais baixo durante o primeiro mandato de Rousseff. Dessa forma, ainda que a posição do país no sistema internacional tenha se mantido a mesma em relação ao governo Lula, o que parece oferecer incentivos semelhantes à ação externa de Dilma, houve mudanças internacionais, como um relativo enfraquecimento do multilateralismo e um crescimento menos acelerado do conjunto dos países do mundo, além de uma intensificação dos constrangimentos internos, que contribuíram para determinar os rumos da política externa.

Hagan (1995) aponta para o fato de que quando pressões políticas domésticas ameaçam a liderança do governante a política externa pode ser ajustada de maneira a impor menos custos e desgaste internos. Nesse sentido, Dilma enfrentou mais dificuldade em construir coalizões que apoiassem suas iniciativas e políticas no âmbito externo do que Lula. Logo, a estratégia de acomodação (caracterizada pela barganha e pelo ato de evitar controvérsias), eleita sobre as de

mobilização (caracterizada pela legitimação do regime político e de suas políticas) e insulamento (caracterizada pelo ato de desviar/suprimir a oposição), fez com que, durante o governo Dilma, houvesse muitas soluções de compromisso em termos de política externa, inclusive em relação ao Oriente Médio. Assim, as políticas de fato implementadas se caracterizaram por serem uma escolha situada entre as preferências originais dos seus propositores e defensores e as das forças contrárias à sua implementação (HAGAN, 1995).

Para compreender a política externa para o Oriente Médio formulada e implementada sob Dilma, portanto, faz-se necessário levar em conta tanto a manutenção de incentivos revisionistas da ordem advindos da posição intermediária do país no sistema internacional, que a aproxima das concepções da diplomacia do período Lula, quanto os constrangimentos domésticos colocados pelo reforço das forças opositoras a esse modelo e pela deterioração da situação econômica do país. De forma geral, contudo, apesar de alterações pontuais – como a substituição do instrumento da diplomacia presidencial pelo da diplomacia vice-presidencial⁴ –, pode-se considerar a política externa de Dilma como operando sob uma mesma matriz⁵ (SENNES, 2003) que a de Lula, inclusive no que se refere ao Oriente Médio.

Estratégias

As estratégias brasileiras para estreitar as relações com a região foram definidas a partir de pontos de convergência e interesses comuns com os países que a compõem – como a questão da busca de soluções negociadas de conflitos, da defesa do direito ao desenvolvimento de um programa nuclear pacífico e dos ganhos econômico-comerciais mútuos. Ademais, pode-se considerar que, ao mesmo tempo em que a estratégia econômica mais geral (promoção de exportações, diversificação de parcerias e segurança energética) do Brasil lançou as bases para a aproximação nessa seara no período, a aproximação em si também ajudou a moldar a estratégia econômica do governo para a região, ou seja houve uma retroalimentação de incentivos. Do ponto de vista dos instrumentos, a diplomacia brasileira para o Oriente Médio caracterizou-se, durante o governo Lula, por forte presença tanto do chanceler quanto do presidente na região, por meio de visitas bilaterais, além de importantes esforços de mediação, e, durante o governo Dilma, pela diplomacia vice-presidencial e pelo reforço da promoção comercial. Lula realizou onze visitas aos países da região em seus dois mandatos e Amorim realizou quarenta e cinco. Até 2014, Dilma realizou duas, Temer realizou sete e Patriota e Figueiredo, em conjunto, realizaram onze (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012c; BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c; NAPOLEÃO, 2011).

O então presidente Luiz Inácio da Silva realizou, ainda em seu primeiro ano de mandato, em dezembro de 2003, a primeira viagem de um chefe de Estado do Brasil ao Oriente Médio desde as de D. Pedro II na década de 1870. Lula, nessa simbólica visita à região, passou por cinco países: Síria, Egito, Emirados Árabes Unidos, Líbia e Líbano (NAPOLEÃO, 2010). De acordo com o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2011a), foi nessa oportunidade que teve lugar um acontecimento fundamental para o entendimento do maior envolvimento brasileiro na região. Durante a estadia no Egito, o então ministro das Relações Exteriores da Autoridade Palestina, Nabil Shaath, procurou Lula e Amorim e fez duas sugestões: que o Brasil criasse uma missão em Ramalá e que um embaixador brasileiro fosse designado como enviado especial para o Oriente Médio.

⁴ De acordo com Danese (1999), a participação ativa do(a) presidente, para além das funções protocolares, no processo de concepção e execução da política externa, em complementação à diplomacia tradicional, é denominada diplomacia presidencial. A diplomacia vice-presidencial, por sua vez, vem sendo empregada por diversos países, incluindo o Brasil, como uma forma de substituir, por motivos políticos ou práticos, a diplomacia presidencial.

⁵ Contornos mais gerais da política externa de um país (período maior do que a duração de governos), que incluem a forma pela qual a dinâmica do sistema internacional é concebida; ameaças e possibilidades são identificadas; potencialidades, recursos, fraquezas e capacidade de ação internacional são dimensionados; objetivos e interesses dos outros atores são projetados; e uma inserção nesse sistema é planejada.

Alguns meses mais tarde, o Brasil abriu um Escritório de Representação em Ramalá, passando a ser o segundo país latino-americano (segundo o Chile) a ter uma representação no território palestino, e nomeou o diplomata Affonso Celso de Ouro-Preto como embaixador extraordinário para o Oriente Médio. Essas ações tinham por objetivo aumentar a presença na região, estratégica para a paz e a segurança internacionais e, eventualmente, contribuir para o processo de paz, e foram o marco inicial da intensificação da aproximação e do envolvimento brasileiros com a questão do Oriente Médio durante o governo Lula (AMORIM, 2005; 2011a).

A criação de uma Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) – mecanismo de cooperação Sul-Sul e de coordenação política – foi proposta pelo Brasil ainda em 2003. Em maio de 2005, em Brasília, ocorreu a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e Países Árabes, marcando a estruturação formal da ASPA, integrada por 34 países.⁶ A Liga Árabe (da qual o Brasil é observador desde 2002) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) também são reconhecidas como membros da ASPA. Em março de 2009, foram realizados a II Cúpula e o II Foro Empresarial da ASPA, em Doha, no Catar. O principal resultado da cúpula foi consolidar a estrutura do fórum, que compreende, além das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Chanceleres e um Conselho de Altos Funcionários, além de Comitês setoriais nas áreas de Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente (que conta com um Subcomitê de Combate à Desertificação); Cultura e Educação; Economia e Comércio; e Temas Sociais. Na II Cúpula também ficou estabelecido que as Cúpulas birregionais ocorreriam uma vez a cada três anos. Em outubro de 2012, em Lima, no Peru, ocorreram a III Cúpula ASPA e o III Foro Empresarial da ASPA (BRASIL, 2014a).

Ademais, já foram realizadas duas reuniões de Ministros da Economia e Finanças da ASPA – uma em Quito, no Equador, em abril de 2006, e outra em Rabat, no Marrocos, em maio de 2007 – e aprovado um Plano de Ação em matéria de cooperação econômica e comercial. Diante do notável incremento do volume de comércio birregional (de mais de 100%) entre 2005 e 2011, foi criada, em reunião realizada em Buenos Aires, em abril de 2013, a Federação de Câmaras de Comércio Árabes Sul-Americanas. Além disso, vale ressaltar a cooperação técnica no combate à desertificação e à degradação de solos, que inclui a gestão de recursos hídricos em zonas áridas e semiáridas. Quanto à cooperação cultural, duas reuniões de Ministros da Cultura da ASPA já ocorreram – a primeira em Argel, na Argélia, em fevereiro de 2006, e a segunda no Rio de Janeiro, em maio de 2009. Durante essa última, foi aprovado o Plano de Ação para a Cooperação Cultural, cuja implementação na região sul-americana é coordenada pela Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes, com sede em São Paulo (BRASIL, 2014a).

Em 2009, Lula visitou o Catar para participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes; realizou visitas de Estado à Arábia Saudita e à Turquia; e foi à Líbia para participar da Cúpula da União Africana, à qual o Brasil foi convidado. Em 2010, o presidente brasileiro visitou Israel, os Territórios Palestinos, a Jordânia, o Catar e o Irã (onde além da visita de Estado, Lula participou da Cúpula do G-15). Entre 2003 e 2010, além das visitas dos membros da Liga Árabe em 2005, em função da Cúpula da ASPA em Brasília, o Brasil também recebeu visitas de Estado de representantes de diversos países da região: Líbano (2004, 2010); Síria (2010); Autoridade Palestina (2009); Jordânia (2008); Israel (2009); Irã (2009); Catar (2010); Turquia (2010); e Kuwait (2010) (NAPOLEÃO, 2010). Ademais, o então secretário-geral da Liga Árabe, Amr Moussa, visitou Brasília três vezes durante o governo Lula (AMORIM, 2011b).

Em 2009, ano em que o então presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, visitou o Brasil, Brasília e Teerã assinaram diversos acordos de cooperação nas áreas de energia, cultura,

⁶ Doze sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e os vinte e dois integrantes da Liga dos Estados Árabes (Arábia Saudita, Argélia, Bareine, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia).

educação, comércio, ciência, tecnologia e inovação, além de um convênio entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a sua homóloga iraniana (BRASIL, 2009). Durante a visita de Lula à Turquia em 2009, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao país, foi iniciada a negociação daquilo que viria a ser a proposta para pôr fim às sanções impostas ao Irã devido ao desenvolvimento de seu programa nuclear (a chamada Declaração de Teerã). Em 2010, a aproximação turco-brasileira deu outro passo importante, quando, durante a visita ao Brasil do então primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdogan, foi firmado o Plano de Ação para a Parceria Estratégica, com o objetivo de fomentar o diálogo e a cooperação bilateral em áreas como: política internacional, agricultura, ciência e tecnologia, comércio exterior e energia, entre outros (BRASIL, 2012d).

Tendo-se reunido no Irã em maio de 2010, os mandatários brasileiro, turco e iraniano acordaram a Declaração de Teerã, pela qual o governo iraniano concordava em depositar 1.200 quilos de urânio levemente enriquecido na Turquia. O Irã e a AIEA poderiam estacionar observadores para monitorar o material em território turco, que seria trocado por 120 quilos de urânio enriquecido a 20% na forma de placas de combustível, fornecidas pela AIEA, França, Rússia e Estados Unidos, para o Reator de Pesquisas de Teerã (BRASIL, 2010a).

O acordo acabou não sendo aceito pelos países 5+1⁷ e pela AIEA e as sanções contra o Irã foram mantidas. Sem que Brasil e Turquia soubessem, após meses de pressão dos EUA, Rússia e China mudaram seu posicionamento e aprovaram uma resolução no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) que estabelecia sanções ao Irã um dia antes do início das negociações na capital iraniana. Quando o acordo foi fechado por Teerã, Brasília e Ancara, o governo de Barak Obama teve de optar entre um importante avanço diplomático e uma rodada de sanções. Diante da pressão do Congresso estadunidense, ele optou pelas sanções (PARSI, 2014). Em 24 de novembro de 2013, o Irã e as seis potências chegaram a um acordo provisório sobre a redução do programa iraniano em troca de alívio nas sanções econômicas internacionais contra Teerã. O acordo prevê o enriquecimento de urânio pelo Irã abaixo de 5%, a neutralização do estoque iraniano de urânio enriquecido a 20%, a proibição de novas centrífugas, a suspensão dos trabalhos no reator de Arak e o compromisso iraniano em responder às preocupações da ONU (ENTENDA..., 2013).

Quanto à questão palestina, o Brasil tem buscado participar de conferências internacionais em prol da resolução do conflito árabe-israelense, como os encontros em Annapolis e Paris (2007) e Sharm El-Sheikh (2009). Nas duas últimas, o governo brasileiro fez doações – para projetos de segurança alimentar, saúde, educação e desenvolvimento rural – de aproximadamente US\$ 20 milhões à Autoridade Nacional Palestina (ANP). Brasília também já realizou contribuições de cerca de US\$ 2 milhões para projetos coordenados por fundos e agências internacionais (como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Banco Mundial e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina). Ademais, por meio do Fundo do Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), o Brasil realizou uma doação de US\$ 3 milhões para a construção de um centro poliesportivo em Ramalá e para a reconstrução de um hospital em Gaza. O País também tem projetos de cooperação técnica nos campos de saúde, infraestrutura urbana, agricultura, educação, esportes e eleições com a ANP.

Em resposta a gestões palestinas e à carta enviada pelo presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, ao então presidente Lula, no dia 24 de novembro, com solicitação nesse sentido, em 1º de dezembro de 2010, o governo brasileiro reconheceu formalmente o Estado Palestino de acordo com as fronteiras de 1967, em carta enviada a Abbas. Além de reforçar a sua posição histórica a favor de uma solução negociada para a questão palestina-israelense, o governo brasileiro declarou considerar o apoio de atores extrarregionais à solução de dois Estados essencial para conferir legitimidade à via negociadora (BRASIL, 2010b).

⁷ As seis potências nucleares envolvidas na negociação sobre o programa nuclear iraniano: Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, China e Rússia.

O contexto de aproximação, crescente desde 2003, entrou em uma nova fase em 2011, com a eleição de Dilma Rousseff à presidência. O mandato da presidenta teve início em meio à chamada “Primavera Árabe”, que convulsionou o Oriente Médio em 2011, e ameaçou a aproximação brasileira da região. À época, o então chanceler brasileiro, Antônio Patriota, defendeu que:

O governo brasileiro pode fazer uso de suas credenciais de país multiétnico, democrático, e em fase de desenvolvimento econômico e social acelerado, capaz de compreender as peculiaridades dos processos políticos de diferentes regiões; capaz de estabelecer diálogo respeitoso e não intrusivo com os países árabes e de cooperar em torno de uma agenda de progresso econômico, social e institucional (PATRIOTA, 2011, p.15).

De forma geral, o Brasil buscou apoiar os posicionamentos da Liga Árabe quanto aos desenvolvimentos na Líbia. Todavia, assim como Alemanha, China, Índia e Rússia, o País, então membro rotativo do Conselho, se absteve em relação à Resolução 1973 do CSNU, votada em março de 2011, que criou uma zona de exclusão aérea na Líbia e autorizou medidas militares para a proteção da população civil, por entender que ela dava margem para excessos no uso da força (PATRIOTA, 2011). Em setembro de 2011, durante seu discurso na Assembleia Geral da ONU, Dilma Rousseff sugeriu o conceito de “responsabilidade ao proteger”,⁸ balizando a ideia de “responsabilidade de proteger”, referindo-se à preocupação brasileira com eventuais abusos no âmbito das intervenções militares (PILLA, SILVA, 2012). Em outubro do mesmo ano, o Brasil, assim como África do Sul, Índia e Líbano, se absteve na votação de uma resolução do CSNU – vetada por China e Rússia – que condenava fortemente as autoridades sírias pela violenta repressão contra manifestantes e clamava pelo fim dos abusos de direitos humanos no país (BRASIL..., 2011). O Brasil defende uma solução negociada para o conflito.

Ainda em outubro de 2011, Dilma visitou a Turquia e, em novembro do mesmo ano, foi realizada, em Doha, uma reunião de chefes de Setores de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores brasileiro atuantes em diversos países do Oriente Médio (incluindo Irã e Turquia) para discutir as perspectivas para uma política de promoção comercial na região. Em 2012, Erdogan veio ao Brasil chefiar a delegação turca na Rio+20 (BRASIL, 2012d). No ano seguinte, de janeiro a dezembro, o embaixador Cesário Melantonio Neto assumiu a função de embaixador extraordinário do Brasil para o Oriente Médio mais a Turquia e o Irã (GIRALDI, 2011), período após o qual o cargo *ad hoc*, que já fora ocupado por Affonso Celso de Ouro-Preto, foi extinto. No que se refere ao Irã, após a recusa da Declaração de Teerã e em meio a uma aproximação iraniana dos EUA, além dos posicionamentos de Dilma em relação aos direitos humanos, houve certa distensão das relações bilaterais. O chefe do Legislativo do Irã, Ali Larijani, chegou a declarar, quando de visita de parlamentares brasileiros ao país por iniciativa iraniana, que as relações entre os dois Estados poderiam ter avançado mais (ADGHIRNI, 2014).

Em julho de 2014, na esteira de uma operação militar iniciada por Israel na Faixa de Gaza, o governo brasileiro publicou uma nota condenando o emprego “desproporcional” de força por Israel, e chamou o embaixador Brasileiro em Tel Aviv para consultas no Brasil. Em seguida, o então porta-voz do Ministério das Relações Exteriores israelense, Yigal Palmor, respondeu às críticas afirmando que o Brasil, apesar de um “gigante econômico e cultural”, é um “anão diplomático” (ALBUQUERQUE, BOCCHINI, 2014). Diante do mal-estar diplomático causado pela declaração, no mês de agosto, o presidente israelense, Reuven Rivlin, pediu desculpas a Dilma Rousseff por tais comentários de Palmor (ISRAEL..., 2014). Ao longo

⁸ A premissa do conceito de “responsabilidade ao proteger” é a de que, uma vez que a ONU pode autorizar o uso da força, ela tem a obrigação de conscientizar os Estados dos riscos envolvidos nesse emprego e de criar instrumentos que possibilitem uma avaliação objetiva e minuciosa de tais riscos, além de formas de evitar danos aos civis. Não se deve, portanto, criar mais instabilidade do que aquela que se está tentando limitar ou evitar.

do primeiro mandato de Dilma, o vice-presidente, Michel Temer, de origem libanesa, atuou como importante interlocutor no Oriente Médio, tendo visitado o Líbano, o Catar, a Turquia, os Emirados Árabes, Omã, Israel e a Palestina, e tendo sido homenageado no evento de comemoração pelo Dia Árabe, que reuniu embaixadores de 22 países árabes em Brasília em 2013. Na ocasião, o embaixador palestino, Ibrahim Alzeben, declarou que a relação entre o Brasil e os países árabes estava em seu melhor momento (ÁRABES..., 2013, MICHEL..., 2013).

Resultados

Entre o início da série histórica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 1989, e 2012, o fluxo comercial entre o Brasil e os países árabes cresceu mais de seis vezes e tal aumento foi majoritariamente impulsionado pela alta nas exportações brasileiras. O intercâmbio comercial com os Estados da Liga Árabe fora significativo sob a chancelaria de Azeredo da Silveira, durante o governo Geisel, quando o Brasil importava petróleo e exportava automóveis à região, sobretudo ao Iraque. Depois desse período, a corrente comercial sofreu forte queda e só voltou a aumentar no final do governo Cardoso e, sobretudo, a partir de Lula (CARRIERI, 2013).

Segundo dados do Internacional Trade Centre (2015), entre 2003 e 2014, o fluxo comercial brasileiro com o Oriente Médio cresceu 327% e as exportações brasileiras para a região aumentaram em 273%. Em 2014, havia multinacionais brasileiras em funcionamento em: Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Israel, Kuwait, Líbano e Omã (NENI, 2014). Em 2003, o comércio entre o Brasil e os países árabes do Oriente Médio atingia US\$ 3,5 bilhões e as exportações brasileiras, US\$ 1,9 bilhão. Em 2010, o intercâmbio comercial já havia saltado para US\$ 12,9 bilhões e as exportações, para US\$ 8,3 bilhões. Em 2014, esses valores atingiram US\$ 16,9 bilhões e US\$ 8,9 bilhões, respectivamente (ITC, 2015). A trajetória do comércio com Israel passou de US\$ 505 milhões em intercâmbio bilateral e US\$ 187 milhões nas exportações brasileiras em 2003; para US\$ 1,3 bilhão e US\$ 339 milhões, respectivamente, em 2010; e US\$ 1,3 bilhão e US\$ 409 milhões, em 2014 (ALICEWEB, 2015).

Em relação à Turquia, em 2003, o intercâmbio comercial bilateral atingia cerca de US\$ 395 milhões e as exportações brasileiras ao país somavam US\$ 337 milhões. Em 2010, a corrente comercial bilateral já atingia US\$ 1,6 bilhão, enquanto as exportações somavam mais de US\$ 1 bilhão. No ano de 2014, o intercâmbio alcançou US\$ 2,1 bilhões e as exportações, US\$ 1,3 bilhão (ALICEWEB, 2015). Em 2013, 61,8% das exportações brasileiras para a Turquia foram compostas por produtos básicos, principalmente minério de ferro, café e soja. No mesmo ano, os produtos manufaturados somaram 92,6% das importações brasileiras da Turquia, sendo, sobretudo, gasolina, barras de ferro ou aço, partes e acessórios de automóveis, ônibus e micro-ônibus (BRASIL, 2014c).

Em 2003, o fluxo comercial bilateral entre Brasil e Irã era de US\$ 883 milhões e as exportações brasileiras ao parceiro atingiam US\$ 869 milhões. Em 2010, a corrente bilateral já atingia US\$ 2,2 bilhões e as exportações, US\$ 2,1 bilhões. Em 2014, esses números demonstraram retração, totalizando US\$ 1,44 bilhão e US\$ 1,43 bilhão, respectivamente (ALICEWEB, 2015). As exportações brasileiras para o Irã são majoritariamente compostas por bens básicos (72,5% do total em 2013), com destaque para milho e carne. No mesmo ano, os produtos manufaturados – sobretudo plásticos e tapetes – somaram 58,9% da pauta das importações brasileiras do Irã, seguidos pelos básicos (39,7%), compostos em sua maior parte por frutas secas (BRASIL, 2014b).

Para além dos ganhos comerciais (vide o Gráfico 1), é possível afirmar que, apesar da declaração do porta-voz de Israel e da não adoção da Declaração de Teerã, o Brasil conquistou maior credibilidade como interlocutor dos países e mediador dos conflitos da região no período compreendido entre 2003 e 2014. Além disso, o reconhecimento brasileiro do Estado palestino foi seguido por diversos vizinhos sul-americanos, como Argentina, Bolívia, Equador, Chile,

Peru e Uruguai. Quanto à Declaração de Teerã, que foi, inclusive, elogiada pelo ex-diretor-geral da AIEA, Mohammed El Baradei, como uma base a partir da qual as negociações deveriam ter continuidade, Amorim (2011b) considerou que a sua recusa se deveu ao monopólio, em termos de governança global, que os cinco membros permanentes do CSNU pretendem ter sobre questões relativas à paz e à segurança internacionais.

Conclusões

A importante inserção brasileira no Oriente Médio a partir de 2003 pode ser compreendida, portanto, a partir de motivações econômico-comerciais, mas também político-estratégicas. Para além da busca da internacionalização de suas empresas e do incremento comercial, a diplomacia do País iniciou um esforço de maior envolvimento em questões políticas de vulto internacional, amparada no tradicional princípio do universalismo. Pode-se notar, no que se refere ao Oriente Médio, uma tentativa de envolvimento do Brasil em questões tradicionalmente restritas às grandes potências, como o esforço de mediação do conflito entre Israel e Palestina (reconhecida oficialmente como país pelo Brasil em 2010) e da questão nuclear iraniana, em parceria com a Turquia. Ademais, o governo brasileiro esforçou-se em ampliar a aproximação e a concertação com os países árabes mediante a proposta, em 2003, e a criação, em 2005, da Cúpula América do Sul-Países Árabes. A própria apresentação do conceito da “responsabilidade ao proteger” em 2011 guarda relação com eventos desencadeados a partir do fenômeno da “Primavera Árabe”.

Logo, a política para o Oriente Médio apresenta importância fundamental no esforço de penetração do Brasil em áreas fora da sua área de influência tradicional. A concepção da “autonomia pela diversificação”, que motiva a aproximação com a região, deve ser compreendida no âmbito da busca brasileira de redistribuição e reconhecimento no sistema internacional (NEL, 2010). Partindo-se do pressuposto de Cox (1981) de que não só capacidades materiais, mas também ideias e instituições importam, a ação externa brasileira dirigida ao Oriente Médio, em um contexto de entropia no sistema internacional, busca a revisão da ordem (SCHWELLER, 2010) por meio do *soft balancing*, sobretudo via constituição de redes – inclusive de mediação (FLEMES, 2013). Dadas as condições domésticas cambiantes e acontecimentos externos como a aproximação entre EUA e Irã, contudo, pode-se dizer que, ainda que a busca pelo reforço das relações se mantenha na transição entre Lula e Dilma, sob essa última o caráter político desses laços assumiu um perfil relativamente mais baixo.

No que concerne às interações brasileiras com o Oriente Médio, suas motivações e estratégias se articularam de forma bem-sucedida, e resultados de maior fôlego só não puderam ser alcançados devido aos limites internos impostos e à obstrução da ação externa brasileira por parte das grandes potências, sobretudo os EUA. A atuação brasileira esbarra nos limites impostos por sua posição (de potência emergente) no sistema internacional. Exemplo disso são os telegramas diplomáticos dos EUA de 2005 e 2008, vazados em 2011, que atestam o descontentamento de Washington diante da Declaração de Teerã e também com a maior proeminência do Brasil nos processos de negociação de paz entre Israel e Palestina, até então restritos, fundamentalmente, aos atores regionais envolvidos, além dos EUA e das potências europeias (KEATING, 2011).

Esse período, marcado por uma política externa brasileira ativa no Oriente Médio, foi, portanto, possível devido tanto à oportunidade sistêmica, quanto a condicionantes políticos domésticos e a uma determinada concepção de papel nacional adotada a partir de 2003. O contexto da emergência do Brasil como um ator crescentemente global, a crise econômico-financeira mundial e o desgaste dos EUA diante de muitos dos atores na região,⁹ além da linha

⁹ Apesar do discurso de Barak Obama no Cairo, em 2009, visando a melhorar as relações entre os EUA e os países de maioria islâmica, esses laços vêm se deteriorando ainda mais em diversos países, sobretudo no contexto

de política externa adotada nos governos Lula e Dilma (ainda que de forma menos assertiva nesse último), permitiram que Brasília se engajasse mais fortemente em uma região fora da esfera de influência mais imediata e tradicional do País.

Referências

- ADGHIRNI, Samy. Irã cobra 'retomada' de relação com Brasil. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 17 fev. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/02/1413194-ira-cobra-retomada-de-relacao-com-brasil.shtml>>. Acesso em: 21 maio 2015.
- ALBUQUERQUE, Flávia, BOCCHINI, Bruno. Brasil mantém condenação “a uso desproporcional da força” por Israel em Gaza. Brasília, **Agência Brasil**, 24 jul. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2014-07/brasil-mantem-condenacao-uso-desproporcional-da-forca-por-israel-em>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- ALDEN, Chris, ARAN, Amnon. **Foreign policy analysis: new approaches**, New York, Oxon: Routledge, 2012.
- AMORIM, Celso. Brazil and the Middle East: Reflections on Lula’s South–South Cooperation. **Cairo Review**, 2, 2011b. Disponível em: <<http://www.aucegypt.edu/GAPP/CairoReview/Lists/Articles/Attachments/64/Brazil%20and%20the%20Middle%20East.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011a.
- AMORIM, Celso. Política Externa do governo Lula: os dois primeiros anos. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 4, março de 2005. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/634f9099c3349482a22c6accc49d0043.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- ÁRABES HOMENAGEIAM VICE-PRESIDENTE MICHEL TEMER. Brasília: **Portal Brasil**, 5 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/12/arabes-homenageiam-vice-presidente-michel-temer>>. Acesso em: 21 maio 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL SE ABSTÉM NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU EM RESOLUÇÃO SOBRE A SÍRIA. **Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil**. Rio de Janeiro, 6 out. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-cs-onu.com/brasil-se-abstem-no-conselho-de-seguranca-da-onu-em-resolucao-sobre-a-siria/>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. **Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA)**, Mecanismos Inter-Regionais, Ministério das Relações Exteriores, 2014a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675:cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa&catid=172:chamada-3&Itemid=436&lang=pt-br>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. **Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil**, Ministério das Relações Exteriores, 2010a. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jlYNbZ8K4AcJ:www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-de-ira-turquia-e-brasil-17-de-maio-de-2010+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. **Irã – Comércio Exterior**, Ministério das Relações Exteriores, 2014b. Disponível em:

político introduzido pela “Primavera Árabe” (BROWNLEE, 2012), além dos conflitos na Líbia e na Síria e seus desdobramentos.

- <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDIra.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Notas à Imprensa**, 2015a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=42&Itemid=280&lang=pt-BR&limitstart=0>. Acesso em: 24 maio 2015.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**: número 108, 1º semestre de 2011 – Ano 37. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2012a.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**: número 109, 2º semestre de 2011 – Ano 37. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2012b.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**: número 110, 1º semestre de 2012 – Ano 37. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2012c.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Viagens realizadas pelo Ministro das Relações Exteriores**: Antonio de Aguiar Patriota. 2015b. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zg1LHFRnxEHM.khw8vMuTE-8g>>. Acesso em: 23 maio 2015.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Viagens realizadas pelo Ministro das Relações Exteriores**: Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2015c. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?hl=pt-BR&authuser=0&mid=zg1LHFRnxEHM.kqR-mEGE9vlg>>. Acesso em: 23 maio 2015.
- BRASIL. **Reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de 1967**, Ministério das Relações Exteriores, 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reconhecimento-do-estado-palestino-nas-fronteiras-de-1967/print-nota>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. **República da Turquia**, Ministério das Relações Exteriores, 2012d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5458&Itemid=478&cod_pais=TUR&tipo=ficha_pais&lang=pt-br>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. **Turquia – Comércio Exterior**, Ministério das Relações Exteriores, 2014c. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDTurquia.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BRASIL. Visita ao Brasil do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad - Brasília, 23 de novembro de 2009 - Comunicado conjunto, Ministério das Relações Exteriores, 2009. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9xJz2BZ5MHUJ:www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/11/23/visita-ao-brasil-do-presidente-do-ira-mahmoud/%3Fsearchterm%3Dunasul+&cd=2&hl=en&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- BROWNLEE, Jason. **Democracy Prevention**: The politics of the U.S.-Egyptian alliance. New York: Cambridge University Press, 2012.
- BRUN, Élodie. La diplomacia brasileña hacia el Medio Oriente: una estrategia oscilante. **Araucaria**: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 14, n. 28, p. 73–90, 2012.
- CARRIERI, Marcos. Mais espaço para crescer. São Paulo, **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 25 mar. 2013. Disponível em:

- <<http://www.anba.com.br/noticia/19991601/especiais/mais-espaco-para-crescer/>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.
- CHRISTENSEN, Thomas J., SNYDER, Jack. Chain Gangs and Passed Bucks: Predicting Alliance Patterns in Multipolarity. **International Organization**, v. 44, n. 2 p. 137-168, 1990
- COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- ELMAN, Colin. Horses for courses: why not neorealist theories of foreign policy? **Security Studies**, v. 6, n. 1, p.7-53, 1996.
- ENTENDA O ACORDO PROVISÓRIO SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO, São Paulo, **G1**, 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/entenda-o-acordo-provisorio-sobre-o-programa-nuclear-iraniano.html>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- FLEMES, Daniel. Network Powers: strategies of change in the multipolar system. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 6, p. 1016-1036, 2013.
- FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.
- FONSECA JR., Gelson. Mundos diversos, argumentos afins: Notas sobre os aspectos doutrinários da PEI e o Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio H. N.(Orgs). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006. p. 381-432.
- GIRALDI, Renata. A partir de janeiro, Brasil terá um emissário especial para o Oriente Médio, a Turquia e o Irã. Brasília, **Agência Brasil**, 26 dez. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-12-26/partir-de-janeiro-brasil-tera-um-emissario-especial-para-oriente-medio-turquia-e-ira>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 6, n. 12, 1993, p. 211-243.
- HAGAN, Joe D. Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy Crises. In: NEACK, Laura, HEY, Jeanne A. K., HANEY, Patrick J (eds). **Foreign Policy Analysis: continuity and change in its second generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995.
- HERMANN, Charles. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy? **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.
- HOLSTI, K. J. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 14, nº 3, p. 233-309, 1970.
- International Trade Centre (ITC). **World Trade Map**, 2015. Disponível em: <<http://www.trademap.org>>. Acesso em 28 jun. 2015.
- ISRAEL APOLOGIZES FOR CALLING BRAZIL A ‘DIPLOMATIC DWARF’. Dubai, **Al Arabiya**, Aug. 12, 2014. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/News/world/2014/08/12/Israel-apologizes-for-calling-Brazil-Diplomatic-Dwarf-.html>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- KEATING, Joshua. 'Whether we like it or not: Brazil in the Middle East', **Foreign Policy**, 7 Feb. 2011. Disponível em:

- <http://wikileaks.foreignpolicy.com/posts/2011/02/06/concerns_at_brazils_bumbling_mideast_diplomacy>. Acesso em 06 dez. 2014.
- KITCHEN, Nicholas. Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. **Review of International Studies**, v. 36, n. 1, p. 117-143, 2010.
- LEGRO, Jeffrey W., MORAVCSIK, Andrew. Is Anybody Still a Realist? **International Security**, v. 24, n. 2, p. 5-55, 1999.
- LIMA Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, v.1, n. 2, 1994.
- LIMA, Maria Regina Soares. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, n. 12, p. 07-28, 1990.
- LINKLATER, Andrew. The achievements of critical theory. In: SMITH, Steve, BOOTH, Ken, ZALEWSKI, Marysia (eds.). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LOBELL, Steven E., RIPSAN, Norrin M., TALIAFERRO, Jeffrey W. **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MEARSHEIMER, John J. Reckless States and Realism. **International Relations**, v. 23, n. 2, p. 241-256, 2009.
- MICHEL TEMER VISITA ISRAEL E PALESTINA. Brasília: **Portal Brasil**, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/vice-presidencia/vice-presidente/noticias/noticias-do-vice/2013/06/michel-temer_visita_israel_e_palestina>. Acesso em: 21 maio 2015.
- NAPOLEÃO, Thomaz Mayer Alexandre. **Relatório de visitas internacionais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo entre janeiro de 2003 e setembro de 2010**. Brasília: MRE, 2010.
- NAPOLEÃO, Thomaz Mayer Alexandre. **Visitas internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao Brasil 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011
- NARLIKAR, Amrita. Negotiating the rise of new powers. **International Affairs**, v. 89, n. 3, p. 561-576, 2013.
- NEL, PHILIP. Redistribution and recognition: what emerging regional powers want. **Review of International Studies**, v. 36, n. 4, p. 951-974, 2010.
- Núcleo de Estratégia e Negócios Internacionais (NENI). **Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras**. Fundação Dom Cabral, 2014. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Documents/ranking_fdc_multinacionais_brasileiras2014.pdf>. Acesso em 28 jun. 2015.
- PARSI, Trita. No, sanctions didn't force Iran to make a deal. **Foreign Policy**, 04 Dec. 2014. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/05/14/sanctions_did_not_force_iran_to_make_a_deal_nuclear_enrichment>. Acesso em 06 dez. 2014.
- PATRIOTA, Antônio. Tempos de Mudança no Mundo Árabe. **Política Externa**, v. 20, n. 1, p. 13-17, jun./jul./ago. 2011.
- PILLA, Bruno, SILVA, André Luiz Reis da. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 111-133, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em 06 dez. 2014.
- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

- RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 2, p. 70-89, 2012.
- ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- ROSECRANCE, Richard, STEIN, Arthur. **The Domestic Bases of Grand Strategy**. Cornell Studies in Security Affairs, Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- SANTOS, Norma Breda dos. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História** (São Paulo), v.33, n.2, p. 189-216, jul./dez. 2014.
- SCHWELLER, Randall L. Entropy and the trajectory of world politics: why polarity has become less meaningful. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 1, p. 145-163, 2010.
- SCHWELLER, Randall. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back, **International Security**, v. 19, n. 1, p. 72-107, 1994.
- SCHWELLER, Randall. Emerging Powers in an Age of Disorder. **Global Governance**, v. 17, n. 3, p. 285-297, 2011.
- SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICEWEB). **Consultas**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2015. Disponível em: <<http://alicesweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em 29 jun. 2015.
- SNYDER, Richard C., BRUCK, H. W., SAPIN, Burton. Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. In: SNYDER, Richard C., BRUCK, H. W., SAPIN, Burton, HUDSON, Valerie M., CHOLLET, Derek H., GOLDGEIER, James M. **Foreign Policy Decision-Making (Revisited)**. New York: Palgrave, 2002.
- SOUTO MAIOR, Luiz Augusto. O Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio H. N. (Orgs). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006, p. 433-466.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2006.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Co., 1979.
- WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Gráfico 1: Intercâmbio comercial e exportações brasileiras para o Oriente Médio (em milhares de dólares FOB)

